

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.330 - FR (2019/0052633-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE GRANDE INSTANCIA DE EVRY
INTERES. : G R DE L
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : F P P J
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à citação de G. R. de L. de ação de divórcio.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 50-51. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 52).

A Defensoria Pública da União (fls.56-58), na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal (fl. 62) não se opuseram à concessão do *exequatur*.

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado da Bahia, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

